



BIOPODER E NECROPOLÍTICA: UM DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT, MBEMBE E A LINGUAGEM

BIOPOWER AND NECROPOLITICS: A DIALOGUE BETWEEN FOUCAULT, MBEMBE AND LANGUAGE

BIOPODER Y NECROPOLÍTICA: UN DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT, MBEMBE Y LENGUAJE

Júlia Batista Braucks¹ Roana Funke Goularte² Marta Formighieri da Silva³ Ketlin Tainá
Rodrigues Brondolt⁴ Antônio Escandiel de Souza⁵ Vanessa Steigleder Neubauer⁶

DOI: 10.54899/dcs.v22i80.2961

Recibido: 10/2/2025 | Aceptado: 20/2/2025 | Publicación en línea: 6/6/2025.

RESUMO

A partir do estudo realizado sobre as teorias de biopoder, de Michel Foucault, e da necropolítica, trabalhada por Achille Mbembe, este trabalho tem como objetivo compreender a maneira como elas se manifestam, aplicando como ferramenta teórico-metodológica a Análise de Discurso Crítica, na medida em que, através desta, se observa a articulação da linguagem em discursos de poder e a influência exercida sobre a sociedade, correlacionando-as com as práticas de controle e normatização e utilizando-se de instrumentos de gestão da vida, quando se refere ao biopoder e de manipulação da morte, quando pauta-se sobre a necropolítica. Neste contexto, a observância das técnicas de governamentalidade aplicadas pelo sujeito detentor do poder interligam-se com a execução destas teorias, pois é através dela que se torna possível a gestão da vida e a determinação da morte de grupos específicos, geralmente debruçada sobre temáticas como racismo e diversificação biológica ou social, na conjuntura da comunidade em questão. A dialética que referencia estas teorias é de grande valia na análise das técnicas de governança aplicadas à sociedade contemporânea, uma vez que se torna possível compreender os motivos por trás de circunstâncias como a violência policial racial e a criminalização da pobreza.

Palavras-chave: Biopoder. Necropolítica. Discurso. Linguagem.

¹ Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jbraucks@unicruz.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1147-7746>

² Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil, E-mail: rgoularte@unicruz.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6503-244X>

³ Graduanda em Direito, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: formighierim@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0782-3589>

⁴ Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: kbrondolt@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9519-4381>

⁵ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: asouza@unicruz.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6531-3794>

⁶ Doutora em Filosofia pela Universidade UNISINOS, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vneubauer@unicruz.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6182-3455>

ABSTRACT

Based on the study of Michel Foucault's theories of biopower and Achille Mbembe's concept of necropolitics, this work aims to understand how these theories manifest by applying Critical Discourse Analysis as a theoretical-methodological tool. Through this approach, we examine the articulation of language in discourses of power and its influence on society, correlating them with practices of control and normalization. This involves the use of life management instruments in the case of biopower and the manipulation of death in the context of necropolitics. In this framework, the observation of governmental techniques employed by those in power intersects with the execution of these theories, as it is through them that the management of life and the determination of death for specific groups becomes possible—often centered on themes such as racism and biological or social diversification within the given community. The dialectic underlying these theories is highly valuable in analyzing governance techniques applied in contemporary society, as it allows for an understanding of the reasons behind phenomena such as racialized police violence and the criminalization of poverty.

Keywords: Biopower. Necropolitics. Discourse. Language.

RESUMEN

A partir del estudio realizado sobre las teorías del biopoder de Michel Foucault y la necropolítica desarrollada por Achille Mbembe, este trabajo tiene como objetivo comprender la manera en que estas se manifiestan, utilizando como herramienta teórico-metodológica el Análisis Crítico del Discurso. A través de este enfoque, se observa la articulación del lenguaje en los discursos de poder y su influencia en la sociedad, correlacionándolos con las prácticas de control y normalización. Esto implica el uso de instrumentos de gestión de la vida en el caso del biopoder y de manipulación de la muerte en el marco de la necropolítica. En este contexto, la observación de las técnicas de gubernamentalidad aplicadas por el sujeto detentador del poder se interrelaciona con la ejecución de estas teorías, ya que es a través de ellas que se hace posible la gestión de la vida y la determinación de la muerte de grupos específicos, generalmente centrados en temáticas como el racismo y la diversificación biológica o social dentro de la comunidad en cuestión. La dialéctica que sustenta estas teorías es de gran valor en el análisis de las técnicas de gobernanza aplicadas en la sociedad contemporánea, ya que permite comprender las razones detrás de circunstancias como la violencia policial racializada y la criminalización de la pobreza.

Palabras clave: Biopoder. Necropolítica. Discurso. Lenguaje.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O estudo do Biopoder de Foucault (1926-1984) evidencia a complexidade das relações de poder nas estruturas sociais modernas, onde o controle e a normatização sobre a população

são indispensáveis. Foucault (2014) ressalta que o poder é mais do que um meio de repressão, pois é capaz de influenciar a forma como são (re)produzidos os comportamentos, ao trazer à luz saberes e estabelecer verdades. Nesse contexto, surge a governamentalidade que se apresenta como um conjunto de fórmulas técnicas de governança que buscam a gestão da vida dos membros de suas comunidades, essa sistemática é inovadora com relação às antigas formas de soberania que eram centradas na posse de bens e fidelidade, enquanto essa volta-se a produtividade, eficiência e disciplina, enaltecendo o controle permanente sobre a vida ordinária das pessoas (Barros, 2019).

Por outro lado, a Necropolítica, teoria debatida por Mbembe (2018), apresenta uma dimensão do poder que se relaciona com a possibilidade de determinar a morte de determinados grupos sociais, sendo, portanto, reconhecida como uma extensão do biopoder. Nesse sentido, a necropolítica se manifesta, por exemplo, em contextos raciais e coloniais, onde a soberania, através da discricionariedade de decidir quem pode usufruir da vida, justifica a violência como um mecanismo para manter a ordem social (Mbembe, 2018).

Essa perspectiva aponta para a permanência das práticas coloniais e a utilização da violência e da morte como instrumento de sustentação das estruturas de poder e dominação. Assim, a abordagem de Mbembe (2018) oferece um ponto de vista particularmente perturbador, mas necessário da contemporaneidade em que a morte pode ser utilizada como ferramenta política na gestão de pessoas. Ainda, quando se aborda a temática relacionada às relações de poder (biopoder e necropolítica), é necessário destacar que elas são produzidas e reproduzidas por meio dos narrativas de dominação que, por sua vez, podem ser interpretados através da Análise de Discurso Crítica, pois esta trabalha com as práticas discursivas que são eficazes naturalização e transformação de ideologias de dominação por meio dos discursos (Fairclough, 2016).

Assim, o problema central da pesquisa gira em torno do seguinte questionamento: ‘De que forma as teorias de Foucault e Mbembe podem ser compreendidas através da Análise de Discurso Crítica? Partindo desta problemática, o presente trabalho apresenta como objetivo geral: Compreender as noções de Biopoder e de Necropolítica e, sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica, analisar de que forma tais conceitos impactam as estruturas sociais. Para a realização do presente trabalho foram adotados como procedimentos os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica para embasar um estudo qualitativo e bibliográfico que “[...] propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, ajudando a chegar a

conclusões inovadoras” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 183). Em linhas gerais, foram exploradas como fontes bibliográficas livros, revistas científicas e afins.

Visando atender o objetivo proposto, a pesquisa se divide em dois momentos principais, sendo eles: 1. Noções de Biopoder, que aborda o desenvolvimento e a aplicabilidade do conceito de biopoder; e 2. O conceito de Necropolítica, como uma extensão do conceito de biopoder, porém, com ideias centrais de soberania e de gestão da vida. Nesse sentido, a presente pesquisa utiliza a Análise de Discurso Crítica para traçar análises quanto às manifestações do biopoder e da necropolítica e demonstrar como essas teorias se aplicam e são (re)produzidas por meio de discursos propagados por grupos sociais dominantes.

Neste contexto, levando em consideração a atualidade e a relevância do tema, a presente pesquisa se justifica na necessidade de se manter um debate atualizado a respeito das teorias estudadas (biopoder e necropolítica), uma vez que a manutenção das estruturas de dominação e na política de ‘vida e morte’ se mantém através das narrativas.

NOÇÕES DE BIOPODER SOB UMA PERSPECTIVA DA LINGUAGEM

Antes de Michel Foucault (2015), a ideia de biopoder já era explorada de forma implícita em diversos contextos, principalmente nas discussões sobre soberania e a gestão da vida por parte do Estado. Apesar de não utilizarem o termo ‘biopoder’, autores como Thomas Hobbes (1974) e John Locke (1998) discutiam o papel do soberano na proteção e regulação da vida dos cidadãos. A obra *Leviatã*, de Hobbes (1974), aborda a forma como o poder do Estado é necessário para a garantia da segurança e da ordem, enquanto a obra *Segundo tratado sobre o Governo*, de Locke (1998), enfatiza a importância que o contrato social desempenha na proteção da vida, da liberdade e da propriedade. Os referidos autores lançaram as bases para a compreensão de como o poder político se entrelaça com a gestão da vida humana.

Antes de o biopoder vigorar predominava um tipo de poder soberano, que dispunha do direito de vida e de morte sobre os súditos e operava pelo fazer morrer e pelo deixar viver. Era inspirado no pátria potestas, um mecanismo jurídico que concedia ao pai de família romano o direito de dispor da vida dos filhos, uma vez que a tinha dado. Com o biopoder, o poder de morte converteu-se no complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, interferindo em sua gestão, na sua majoração e em sua multiplicação. Transformou-se no exercício, sobre a vida, de controles precisos e de regulações de conjunto. Nesta inversão de morte e vida, o princípio de poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados. Mas a existência em questão já não era aquela jurídica da soberania, era outra: biológica, da população. O velho direito de causar a morte ou deixar viver foi

substituído pelo poder de causar a vida. (Bertolini, 2018, p. 88).

Para Foucault (2015) o poder não se apresenta como algo coerente, estável nem mesmo unitário, mas como relações de poder que são reflexos das diversas emergências históricas que ultrapassam o estudo filosófico do campo do poder. Assim, as ideias de disciplina (século XVII) e biopolítica (século XVIII), eixos/técnicas que compõem o biopoder, assumem um papel prático que é interligado por meio das relações. A disciplina, é concebida como uma máquina que visa o adestramento, pois age “[...] na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (Bertolini, 2018, p. 88). Já a biopolítica é idealizada a partir da noção de coletividade, ou seja, do “[...] controle da proliferação, dos nascimentos, da mortalidade, do nível de saúde, da duração da vida, da longevidade”, essas práticas são exercidas através de controles/reguladores da população (Bertolini, 2018, p. 88). Nesse sentido:

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces – anatômica e biológica –, individualmente e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (Foucault, 2012, p.152).

As relações de poder se orientam na forma do exercício do poder de uns sobre outros onde não há atores pré-estabelecidos para cada um desses papéis, ao passo que os indivíduos podem desempenhá-los de maneira sucessiva ou simultânea alternando sua posição nesses polos da relação (Revel, 2005). Desse modo, as relações e o exercício de poder são mantidas por meio da linguagem, uma vez que ela é um modo de interação e de produção social, pois: “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente [...]” (Bakhtin, 2002, p. 47). Com isso, entende-se que a classe dominante, aquela que detém o poder, adota a responsabilidade de propagar e impor seu pensamento como algo universalmente válido (Resende & Ramalho, 2006).

Ao trabalhar com a ideia de relações de poder de uns sobre os outros, Foucault (2014) utiliza a concepção de que o biopoder é forma de governar a vida que se divide em dois eixos principais, sendo eles a disciplina (docilização dos corpos) e biopolítica (governo da população), que podem ser identificadas desde o século XVII (Bertolini, 2018). A partir da ideia de ‘formas

de governar a vida’, Foucault (1979) utiliza o conceito de governamentalidade, que pode ser compreendido como um conjunto de “[...] instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder”, que tem como alvo a população e se manifesta por intermédio de instrumentos técnicos essenciais e dispositivos de segurança (Revel, 2005, p. 54).

Ainda, a governamentalidade pode ser vista como um conjunto de práticas e técnicas de poder oriundos da transição do Estado de justiça da Idade Média para o Estado Administrativo nos séculos XVI e XVII. A governamentalidade muda seu enfoque passando a entender que a população de um território é composta por sujeitos de direito e não apenas por um amontoado de indivíduos, isso faz com que nasça uma “[...] política global da vida dos indivíduos”, um conceito central na biopolítica (Revel, 2005, p.55). Nesse contexto a biopolítica implica na gestão da população e em um controle de estratégias que os indivíduos, em seu livre arbítrio, podem exercer entre si.

A mudança dos indivíduos e a administração da educação se relacionam também com as tecnologias do governo, assim como com o controle das relações familiares e das instituições e é por isso que a governamentalidade não remete somente no governo em si, na administração estatal, mas também nas “[...] formas de guiar condutas, de estruturar o eventual campo de ação dos outros”, ou seja, é o ato de ‘governar a população’, onde há uma espécie de “conduta da conduta, a direção da alma, o autocontrole, o governo da família” (Barros, 2019, p. 2). Assim, a governamentalidade foucaultiana não busca uma definição de governo em si, mas sim de apresentar, a partir do “[...] encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Revel, 2005, p. 55). Nesse sentido, o estudo da governamentalidade busca:

[...] realizar uma análise epistêmica das formas de governo; promovendo uma investigação histórica das diversas práticas reais e concretas de governo que possibilitaram a formação, posterior, do Estado. Dessa forma, o Estado é problematizado a partir das múltiplas táticas de governo; processo que o autor chamou de governamentalidade. O Estado é situado como efeito móvel de governamentalidades múltiplas.

A partir do século XVI e XVII, o poder passa a se destacar pela noção de produtividade e prestação, ao contrário do que era visto até então como, por exemplo, na idade média quando o poder era sinônimo de posse de bens e fidelidade. Assim, para se obter essa nova modalidade de poder seria necessário obter poder sobre os corpos dos indivíduos, seus gestos e suas próprias vidas. Isso gera o surgimento das ‘disciplinas’, uma forma de governamentalidade cuja

racionalidade é uma economia política. O governo dos indivíduos integra o controle das populações por meio de diversos tipos de ‘biopoderes’ que passam a gerir a vida (higiene, sexualidade e demografia), visando principalmente à regulação da reprodução. Portanto, a partir do momento em que o biopoder é posto como aquele que se incumbe da vida, é indispensável que haja uma análise quanto à concretude como meio de dominação.

O exercício de controle, nas teorias foucaultianas, se manifesta por meio de uma “[...] técnica de poder que funciona como uma rede que vai atravessar todas as instituições e aparelhos do Estado”, chamada de poder disciplinar⁷ que ao atuar “[...] no corpo dos homens usará a punição e a vigilância como principais mecanismos para adestrar e docilizar o sujeito”, a docilização dos corpos é um importante instrumento de soberania, pois garante que “[...] o homem se adequará às normas estabelecidas nas instituições como um processo de produção, que a partir de uma ‘tecnologia’ disciplinar do corpo, construirá um sujeito com utilidade de docilidade” (Diniz & Oliveira, 2013, p. 149). Assim, a disciplina se manifesta como uma ação sobre os corpos que se encontram submetidos à máquina do poder:

A disciplina não se explica pelo uso da violência e da repressão. O corpo humano, como portador da força de trabalho, não se reprime, normaliza-se. Essa normalização é explicada pela arquitetura das instituições e pelo controle orgânico da atividade dos corpos. Métodos como a distribuição molecular dos indivíduos, vigilância e a punição normalizadora são responsáveis pela produção de indivíduos dóceis, em uma relação de utilidade docilidade. Os objetivos econômico e político óbvios são: o acréscimo na utilidade e a potencialização da força de trabalho e, ao mesmo tempo, a diminuição da capacidade de resistência, da revolta, bem como, a neutralização da conduta política e da insurreição. Enfim, ‘aumentar a força econômica e diminuir a força política’ (Barros, 2019, p. 8).

Assim, considerando que as ramificações do poder não se mantêm inertes e circulam por meio dos discursos na sociedade, não se pode voltar o olhar apenas aos atos de obediência e/ou submissão apenas pois, quando ocorre a disseminação dos discursos a veracidade das informações é dispensável, bastando para tanto que seja apenas admitido pelo público alvo e com isso surge o ‘saber-poder’, que é responsável pela capacidade de permear, induzir e criar discursos além de formar saberes (Foucault, 2012). Diante disso, nota-se que todo discurso é dotado de saber e este saber é um instrumento político, por isso, pode se configurar como um ato de poder que cria e incorpora realidades, desse modo, quanto a relação entre o saber-poder e os

⁷“Em suma, o poder disciplinar é o primeiro nível do biopoder, uma condição para a regulação da população. O que permite a integração entre ambas formas de poder é a norma, que pode ser aplicada a um corpo que se deseja disciplinar ou a uma população. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação” (Barros, 2019, p. 9).

discursos, a teoria foucaultiana:

Concebe a linguagem como uma prática que constitui o social, os objetivos e os sujeitos sociais. Para o filósofo, analisar discursos corresponde a especificar sociohistoricamente as formações discursivas interdependentes, os sistemas de regras que possibilitam a ocorrência de certos enunciados em determinados tempos, lugares e instituições (Resende & Ramalho, 2006, p. 19).

Dessa forma, enquanto maneira de dominação e de governo, o biopoder atua “[...] sobre a vida por meio de um poder normalizador, que inclui e exclui determinadas pessoas, conforme estejam dispostas ou não a quererem o que se quer que elas queiram; de fazerem o que se quer que elas façam” (Ferreira, 2016, p. 143). Quando se usa de padrões normatizadores para gerir quem deve viver, especula-se então quem pode morrer, afinal, a vida pode ser ameaçada, ou seja, “[...] com o biopoder, o poder de morte converteu-se no complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, interferindo em sua gestão, na sua majoração e em sua multiplicação” (Bertolini, 2018, p. 88).

O CONCEITO DE NECROPOLÍTICA SOB O PRISMA DA LINGUAGEM

A Necropolítica é um termo cunhado por Achille Mbembe (2018), que busca apresentar uma forma decolonial de análise das formas de constituição de poder⁸, para se referir ao uso rotineiro da violência estatal por meio de uma governamentalidade que afeta indivíduos e sociedades, e que se configura como uma política de morte. Trata-se, portanto, da manifestação da soberania que emerge na discricionariedade de apontar quem pode viver e quem pode morrer (Mbembe, 2018). Portanto, o estudo da Necropolítica pode ser uma complementação e/ou uma expressão do biopoder pois, para a manutenção da vida de uns opta-se pela morte de outros, remetendo à concepção agambiana de vida nua, onde as vidas que se encontram ‘à margem’ podem ser aniquiladas (Agambem, 2004).

⁸“Saindo de análises centradas em contextos europeus, ‘Necropolítica’ fornece ferramentas para pensarmos a forma de constituição de diagramas de poder não apenas nos contextos pós-coloniais de Áfricas, mas também nos processos de colonização, neocolonização, descolonização e nos traços de colonialidade que ainda imperam com força nos contextos latino-americanos, caribenhos e brasileiros. Dessa forma, promove uma mudança tanto analítica quanto na forma de olhar e tomar alguns processos históricos que têm nos contextos europeus o foco territorial e a primazia analítica dos eventos. A partir desse deslocamento, o holocausto deixa de ser o modelo paradigmático de genocídio de povos e populações. O processo de colonização e neocolonização e, conseqüentemente, o extermínio das populações indígenas, dos povos autóctones e o sequestro e escravização dos povos de Áfricas passam a ser o centro do debate bio-necropolítico” (Lima, 2018, p. 26).

[...]o poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí a sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade. Aos seus olhos, o crime é parte fundamental da revelação, e a morte de seus inimigos, em princípio não possui qualquer simbolismo. Este tipo de morte nada tem de trágico e, por isso, o poder necro político pode multiplicá-lo infinitamente, quer em pequenas doses (o mundo celular e molecular), quer por surtos espasmódicos – a estratégia dos pequenos massacres do dia-a-dia, segundo uma implacável lógica de separação, de estrangulamento de vivisseção, como se pode ver em todos os teatros contemporâneos do terror e do contra terror (Mbembe, 2017, p. 65).

Essa teoria surge em um período pós-colonial, que desenvolve a teoria da necropolítica, a partir de estudos que analisaram os reflexos do colonialismo, dentre os quais a exploração esteve em evidência. Diante disso, a necropolítica criticou as nuances que envolvem essas práticas, que mostraram-se contínuas, mesmo após a independência formal das colônias. Para Mbembe (2018) a ocupação colonial extrapolou a esfera da economia e da política passando a possuir a discricionariedade de impor a morte sobre aqueles que foram colonizados e com isso transformando a morte e aniquilação em instrumentos de efetivação do poder. Isso somente é possível a partir da exploração em grau máximo, que torna admissível consumir vidas humanas. A ideia de diferença entre raças desempenha papel fundamental no desencadeamento de estados de exceção e de sítio uma vez que é feita uma determinada classificação e a partir dela se faz a eliminação de certos grupos através de critérios resumidamente raciais. O contexto colonial ocorreu como a primeira forma de violência em massa, nesse sentido:

Os racismos permitem ao poder subdividir uma população em subespécies, para designá-las em termos de um substrato biológico, e para iniciar e sustentar um conjunto de relações dinâmicas nas quais a exclusão, o encarceramento ou a morte daqueles que são inferiores pode ser vista como algo que tornará a vida em geral mais saudável e mais pura (Bertolini, 2018, p. 93).

A ação, ativa ou passiva, quanto a morte dos indivíduos de determinada sociedade é atributo da soberania, assim, uma forma de manifestação do poder que define a vida e desempenha o domínio sobre a morte. Com isso o Estado, ao aplicar a necropolítica, pode utilizar seu poder coercitivo e assim tornar suas ações legítimas mesmo que tenha como objetivo a morte e/ou sofrimento de indivíduos. Essas ações podem ser ativas, ao causar repressão e violência advinda da atuação estatal, ou passivas através de negligências institucionais ou mesmo na negação de garantias básicas (Mbembe, 2018).

Além disso, a necropolítica pode ser observada sob três aspectos de exercício do Estado, sendo eles: A transformação do Estado de Exceção em norma; A soberania que se empenha em

transformar a existência humana em um instrumento, causando a destruição dos corpos físicos dos indivíduos considerados descartáveis ou desnecessários; e As situações de emergência, há um apelo à soberania e a criação de um inimigo que seria imaginário (Mbembe, 2018). Esses aspectos unidos podem ser definidos “[...] como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (Agambem, 2004, p. 13).

O exercício da necropolítica é amparada pelas relações de poder presentes na estrutura social do Estado, sendo que a manutenção dessas estruturas e relações ocorre pela linguagem,

[...] o poder é exercido e reproduzido no discurso e, também, nas relações sociais ocultas por trás do discurso. Os sentidos dados aos textos causam efeitos ideológicos que passam a ter causas práticas na vida social em diferentes esferas, desde relações sociais privadas até instâncias superiores da vida pública. Crenças, valores, conhecimentos, interações e atitudes são motivadas e constituídas sociodiscursivamente para manter e/ou reverter relações. Em ambos os casos, o poder é mantido e perdido nas inúmeras lutas sociais. Dessa maneira, o controle da ordem do discurso se torna um mecanismo poderoso tanto para produzir quanto para sustentar as relações assimétricas de poder, ocasionando, conseqüentemente, relações de desigualdade social e injustiça (Nascimento, Gabriel, Souza Junior & Maciel, 2020, p. 57).

O Estado, na execução da necropolítica, conta com o apoio de instituições e estruturas sociais que tornam suas ações legítimas, perpetuando a violência infligida pelo Estado. Mbembe (2018) apresenta o termo ‘máscara de guerra’ para transmitir como ocorre a operacionalização não convencional e extra institucional de sistemas que se posicionam resistentes à hierarquias pré-fixadas. As ‘máquinas de guerra’ são retratadas por Mbembe (2018) como grupos de indivíduos cuja finalidade é resistir às imposições e às opressões:

A noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto? A guerra, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar. Se imaginarmos a política como uma forma, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular o corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder (Mbembe, 2017, p. 108).

Deste modo, são exemplos de ‘máscaras de guerra’ os movimentos que visam derrubar os pilares da dominação através de movimentos sociais e ativistas. Lima (2018) posiciona-se no sentido de que a necropolítica oferece meios de repensar a formação das teias do poder e isso transcende as questões pós-colonialistas africanas, pois abarca as esferas de colonização,

neocolonização, descolonização e suas consequências que são notáveis nas localidades que sofreram sua influência.

A partir desse deslocamento, o holocausto deixa de ser o modelo paradigmático de genocídio de povos e populações. O processo de colonização e neocolonização e, consequentemente o extermínio das populações indígenas, dos povos autóctones e o sequestro e escravização dos povos de Áfricas passam a ser o centro do debate bio-necropolítico. Nesses devires, a vida (a bios) precisa ser tomada de uma perspectiva racializada, levada ao máximo de sua importância, produzindo movimentos de vergonha, culpa, reparação e desinvestindo a máxima que ‘nem todos os crimes produzem coisas sagradas’ (Lima, 2018, p. 26).

Assim, o Estado ao aplicar a necropolítica faz uso de sua autoridade e do poder para escolher quem deve morrer e quem merece viver e até mesmo quem estará vulnerável frente ao exercício reiterado da violência estatal. É possível deduzir que “[...] enquanto a biopolítica enfatiza a vida como objeto de gestão e controle, a necropolítica enfatiza a morte como instrumento de poder. Ambos os conceitos compartilham a ideia de que o poder se exerce sobre corpos e populações, mas diferem na forma como abordam a relação entre vida e morte” (Babinska, 2023, p. 11).

CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado a respeito das noções de biopoder e do conceito de necropolítica, constata-se que o poder não é exercido apenas mediante à repressão, mas sim atua de forma positiva através da manipulação dos corpos, partindo da influência que exerce sobre seus comportamentos ao determinar o que deve ser julgado como verdade. Para a plena aplicação destas medidas, utiliza-se de mecanismos de governamentalidade biológica para controlar e gerenciar a vida ordinária da sociedade em questão.

Em seu discurso, Michel Foucault (2010; 2014; 2015) ainda correlaciona o poder com a liberdade, justificando esta vinculação ao passo que indica que aquele que exerce o poder não apenas impõe medidas proibitivas, mas também constrói narrativas hegemônicas, codifica linguagens e institui regimes de verdade que sustentam a ordem política. Estas construções caracterizam-se sob o viés do poder disciplinar, uma alternativa de controle social baseada na produção de indivíduos dóceis, úteis e produtivos, operando de modo contínuo, invisível e normalizador, contrapondo-se à atuação do poder soberano. A teoria foucaultiana constata que esta abordagem dispensa a necessidade da veracidade de informação, uma vez que se faz

necessário apenas que esta seja aceita socialmente em sua plenitude para que produza os efeitos esperados.

Ainda com relação ao biopoder como instrumento de dominação social, este utiliza-se do poder normalizador como forma de excluir determinado grupo de indivíduos que não se adequam às normas preestabelecidas, em outras palavras, àquilo que o possuidor do poder estipula como desejável. Neste contexto, o racismo se mostra como tecnologia política fundamental ao biopoder, na medida em que consiste em um critério de distinção que justifica a violência exercida por aqueles que governam. Sob outra perspectiva, a necropolítica utiliza-se da morte como instrumento de efetivação do poder. A governamentalidade nesse regime se apresenta com o uso da violência estatal, na medida em que se justifica a morte de alguns em prol da manutenção da vida de outros, sendo estabelecido diante da instauração do estado de exceção, no qual se estabelece uma hierarquia de vidas, onde determinado grupo passa a ter maior valor em detrimento de outros, sendo que estes grupos tendem a ser selecionados a partir de critérios raciais ou de diferenças biológicas e sociais.

A necropolítica amplia o debate sobre biopolítica na medida em que demonstra como o racismo estrutura a governamentalidade moderna, transformando a morte – física ou social – em instrumento político. Embora criticada por algumas limitações teóricas, este conceito oferece ferramentas cruciais para a compreensão de violências estatais contemporâneas, desde o encarceramento em massa até a militarização das periferias.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2004). *Estado de Exceção*. Editora Boitempo.
- Babinska, M. S. L. (2023). *Estudo do encarceramento em massa como instrumento necropolítico do sistema penal brasileiro* (Trabalho de Conclusão de Curso). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Bakhtin, M. (2002). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Editora Hucitec.
- Barros, I. C. (2019). A emergência da população como problema político: o conceito de

- governamentabilidade em Michel Foucault *Revista Existência e Arte*, 11(11), 5-18.
- Bertolini, J. (2018). O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. *Revista Saberes*, 18(3), 86-100.
- Diniz, F. R. A. Oliveira, A. A. (2013). Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. *Revista Scientia*, 2(3), 143-158
- Ferreira, M. L. (2016). Biopoder em Foucault: aspectos empírico-criminológicos da gestão da vida e da morte das pessoas encarceradas. *Revista Aracê – Direitos Humanos em Revista* 3(4), 139-145.
- Foucault, M. (2010). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Editora Graal.
- Foucault, M. (2014). *Do governo dos vivos: Curso dado no Collège de France*. Editora Martins Fontes.
- Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder*. Editora Paz e Terra.
- Hobbes, T. (1974). *Leviatã*. Editora Abril Cultural.
- Lima, F. (2018). Bio-necropolítica: Diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia* 70, 20-33.
- Locke, J. (1998). *Segundo tratado sobre o governo*. Editora Martins Fontes.
- Maia, E. (2022). Crítica da necropolítica: uma abordagem marxista. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 14(2), 474-497.
- Markoni, M. A. Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. Editora N-1.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Editora Antígona.
- Nascimento, C. F. S. Gabriel, G. A. Souza Júnior, H. F. Maciel, I. C. S. (2020). Poder. In: Irineu, L. M (org.), et al. *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Editora Pontes.
- Resende V. M. Ramalho, V. (2006). *Análise de discurso crítica*. Editora Contexto.
- Revel, J. (2005). *Michael Foucault: conceitos essenciais*. Editora Claraluz.
- Santos, J. C. S. (2021). *O conceito de necropolítica como uma importante contribuição à criminologia crítica periférica* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Sergipe.